

IRMANDADES: Espaços de construção da religiosidade, sociabilidade e resistência.

*Ênio José da
Costa Brito**

Resumo:

Segundo Brito, a história Irmandades no Brasil, tem-se enriquecido com um questionamento dos pressupostos historiográficos (Paradigma Atlântico) e a importância das dimensões culturais. Para a apresentação do estado atual dos estudos, o autor faz uma síntese da contribuição de três obras: visão geral, detalhes da organização e a vida cotidiana das irmandades. Devido aos bens e interesses envolvidos, a vida das Irmandades nem sempre foi pacífica. Em linhas gerais, os estudos contemporâneos das irmandades deixam transparecer a importância das mesmas na compreensão e na construção da sociedade e cultura brasileiras.

Palavras-chave:

Irmandades; História do Brasil: irmandades; Brasil: Igreja Católica

Abstract:

New grounds and questions on historiography (Atlantic Paradigm) and the deep meaning of the cultural dimensions are, to Brito, the main contributions to the research on the history of the Brazilian Fraternities. He presents, alongside, three studies: an ayebird vision on the subject, some traits of his organization and his day by day activities. The life of Brazilian Fraternities were not always peaceful due to their social role and sometimes to their resources or wealth. Contemporary research on this subject casts a deep insight on his weight in

the understanding and building of the Brazilian social life and culture.

Key words:

Fraternities; Brazilian History: fraternities; Brazil: Catholic Church

Por uns dois milênios, os homens pensaram no pecado como uma espécie de escravidão. Um dia chegariam a pensar a escravidão como uma espécie de pecado.

David Brion Davis

Introdução

Nossa intenção neste breve artigo, intitulado *Irmândades: espaço de construção da religiosidade, sociabilidade e resistência* pode ser descrita como uma aproximação inicial do dinâmico universo religioso-cultural dessas associações que se fizeram presentes e marcaram a vida de inúmeras cidades brasileiras.

Entre os muitos caminhos a serem trilhados para realizar esta fascinante viagem, escolhemos três veredas. Na primeira, indicar-se-á pressupostos para se compreender mais densamente a presença das irmandades no Brasil, no segundo realizar-se-á a apresentação de alguns estudos recentes, para mostrar os deslocamentos ocorridos nos mesmos e na terceira tendo presente a leitura dos textos se fará algumas pontuações.

1. PRESSUPOSTOS

Hoje, temos clareza que se faz necessário começar a mudar nosso modo de pensar as culturas africanas em diáspora. Algumas perspectivas analíticas podem nos ajudar a fazer este percurso necessário e urgente.

1.1 O Paradigma Atlântico.

O Paradigma Atlântico traz no seu bojo uma revisão da perspectiva historiográfica. A disciplina da história desenvolveu-se no início da criação do Estado Moderno que tem na idéia de soberania sua peça chave. Os estudos históricos, num movimento mimético quase natural, não só acolheram está idéia basilar como a reforçaram.

Este reforço se deu ao priorizar a Nação, como foco principal da pesquisa histórica, ao centrar seus esforços na elaboração de histórias nacionais. Perspectiva sem dúvida importante, mas que não ilumina aspectos importantes dos processos históricos. O Paradigma Atlântico procura superar esta abordagem tradicional.

Relembra Paiva: *Para tanto, um dos empecilhos a serem removidos é, exatamente, o peso excessivo e às vezes deturpador das histórias e das historiografias nacionais que o século XIX nos impingiu e que o século XX não refutou.*¹

A renovação dos estudos historiográficos só avançou quando abandonou o conceito de Nação, Nação-Estado, modelo dominante até o Século XIX, como fio condutor dos estudos historiográficos.

Na atualidade, os estudos culturais estão trabalhando com o Paradigma Atlântico para compreender as relações estabelecidas ao longo de séculos entre a África, a Europa e as Américas. O que vem a ser este paradigma?

É um *mecanismo heurístico* que nos permite examinar as relações entre os três continentes. Como *mecanismo heurístico*, o Atlântico pode ser visto como uma arena. O Atlântico não é o todo, a metáfora do Atlântico oferece a possibilidade de identificarmos os tipos de conexões e relacionamentos que foram desenvolvidos neste espaço. Paiva pontua bem que: *comparações e conexões têm no trânsito e na mobilidade culturais dois dos seus pilares mais sólidos e, saliente-se, desde já, que não há contradição entre as permanências e os ritmos das transformações.*²

Trata-se, portanto, não de escrever a história dos Impérios ou dos Descobrimentos e nem mesmo da velha História Comparada com seus *padrões históricos pré-definidos e de cunho evolucionista, estruturalista, determinista e, ainda, economicista.*³

A categoria *Atlântico* não é uma categoria natural, já dada, mas uma construção social que gestou a idéia de um corpo oceânico único. A título de ilustração, vale lembrar que, nos mapas antigos, o Atlântico era dividido em parte de cima e parte de baixo, só no século XVIII, é que passou a ser visto como uno.

Temos uma mudança no modo de compreender a História, procura-se entendê-la de forma dialógica, através de um filtro multidirecional, relacional. Daí a importância das *conexões entre contextos, conjunto de idéias e de crenças, práticas, formas de organização religiosas e étnicas, maneiras de se relacionar inter e intra grupos e culturas.*⁴

¹ Cf. E. S. PAIVA – IVO, I. P. (Eds.), *Escravidão, mestiçagem e Histórias comparadas*. São Paulo/Belo Horizonte/Vitória da Conquista: Annablume/PPGH-UFGM/EDUNESB, 2008, p. 25.

² Idem, p. 15.

³ Ibidem.

⁴ Idem, p. 14.

Os circuitos podem ser compreendidos quando são esclarecidos no sistema como um todo (paralelo com a compreensão dos signos/símbolos na semiótica). O Paradigma Atlântico não privilegia o global nem o local, mas a interação dinâmica translocal. Os estudos diaspóricos falam de *Atlântico Negro*, paradigma que possibilita recuperar e sustentar lutas e memórias soterradas pelo *Atlântico Norte*.

Uma questão conclui a exposição deste primeiro pressuposto: que papéis povos e religiões desempenharam no sistema como um todo?

1.2- As práticas culturais

O paradigma Atlântico nos convida a pensar as irmandades numa perspectiva histórico-cultural. Perspectiva esta, que não é monopólio de historiadores e antropólogos. O que implica, no campo da história, pensar processos históricos e no campo da antropologia superar uma compreensão de cultura como sistema cultural, produto cultural ou modelo cultural. Conceitos marcadamente a-históricos.

Acolher esta perspectiva é ser desafiado a pensar em práticas culturais. Por exemplo, os rituais, as festas, as danças, as músicas são práticas culturais, não produtos. Porque, são as práticas culturais que revelam os modos de ser e estar no mundo, os modos de pensar o mundo.

Na sua cosmogonia, na sua visão de mundo, os povos africanos não fatiaram o mundo em reino humano, vegetal, animal e mineral (Hampathê Bâ) ou em sagrado e profano ou em mundo visível (orum) e invisível (ayé). Estes povos são de tradição oral – fala-se da existência de 2000 línguas no mundo africano – e eles tiveram e têm na oralidade a sua forma de expressão primordial.⁵

Historicamente, na oralidade, tem-se encontrado um modo de resistir, daí a importância das narrativas. Gilberto Freyre, nos lembra que essa tradição foi mantida na diáspora. Tradição mantida pelas mulheres, especialmente, pelas amas-de-leite. Edison de Souza Carneiro, pai de Edison Carneiro, reuniu 60 contos de diversas nações Assuá, Fon, Gegê e Banto.

2. UM OLHAR BIBLIOGRÁFICO

Os estudos das irmandades têm acompanhado os avanços das pesquisas historiográficas no Brasil. Acompanhar esses estudos é perceber a diversidade metodológica e teórica,

⁵ Cf. HAMPÂTE BÂ, AMADOU. A tradição viva. In KI-ZERBO (Ed.), *História Geral da África*. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1982, vol. 1.

a capacidade dos historiadores para superarem perspectivas estreitas e redutivas; é constatar o profundo significado histórico das irmandades que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem.

As irmandades coloniais se espelhavam nas organizações fraternais (Movimento Confrarial do Século XII) portuguesas do período medieval. No Brasil colônia, as irmandades floresceram em Minas Gerais, onde razões econômicas, políticas e religiosas criaram condições favoráveis. No setecentos, por exemplo, a Coroa vetou a presença de ordens religiosas na capitania, o que favoreceu o protagonismo dos leigos.

2.1- As Irmandades em Minas Gerais (Século XVIII e XIX)

O primeiro texto a ser examinado é o de um pioneiro no estudo das irmandades, Fritz Teixeira de Salles, intitulado *Associações religiosas no Ciclo do Ouro. Introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII*, publicado em 1963 e reeditado no final de 2007.⁶

O autor estuda as irmandades das cidades de Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João Del'Rei entre 1720-1820. A pesquisa detecta o dinamismo específico dessas pias associações com sua incidência na organização da vida da nascente sociedade mineira; percebe as tensões e conflitos, presentes no dia-a-dia dessas corporações e capta a apropriação das ordens terceiras e irmandades pela Coroa e pela Igreja.

Após constatar, que as Irmandades surgem em Minas, no momento de implantação das primeiras freguesias, mostra como elas estavam inseridas na vida política, econômica, artística e religiosa da capitania.

Numa sociedade, fortemente, estratificada, os diversos grupos sociais constituíam suas irmandades, tendência que cresce na segunda metade do século XVIII. O exame metuculoso dos Compromissos oferece os elementos básicos para se detectar as características sociais das irmandades: o seu forte preconceito social e o exercício de funções assistenciais e previdenciárias e o rígido controle estatutário

As Irmandades criadas, primeiramente, para disseminar a vida espiritual, com o crescimento vertiginoso da população no decorrer do século XVIII, ampliaram fortemente suas ações para o campo assistencial, agindo como um autêntico organismo de classe.

As Irmandades de Pardos, criadas neste período, exem-

⁶ SALLES, F. T. de. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro. Introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII*. São Paulo: Perspectiva, [1963] 2007.

plificam bem os interesses políticos e sociais presentes na insipiente sociedade mineira. Os pardos livres são a nova força social e reivindicam seu lugar na sociedade.

Com a crise aurífera (1760-1770), as irmandades modificaram seus estatutos, especialmente, no que diz respeito às anuidades e intensificaram suas atividades assistenciais. A depressão econômica, no princípio do século XIX, contribuiu com a queda do prestígio não só das irmandades como das ordens terceiras nas Minas Gerais.

O segundo texto, escolhido, de Célia Beatriz Maria Borges, *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário. Escravidão e solidariedade em Minas Gerais. Século XVIII-XIX*,⁷ convida-nos a mergulhar na estrutura e funcionamento dessas organizações, examinando a participação dos irmãos na administração da Irmandade, o papel dos mesários, a hierarquia de poderes e a natureza dos vários conflitos que se foram desenrolando ao longo dos tempos.⁸ Além de estudar as irmandades em Mariana e São João D'el Rei, amplia para Tiradentes e Vila Rica, entre 1745-1808.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário propagou-se na África, entre os bantos e também na Europa e Américas. A partir do Século XV, graças à intenção catequética dos dominicanos, teve início a construção de igrejas e a formação de irmandades. A mais antiga irmandade do Rosário foi fundada em 1409, na cidade de Düsseldorf (Alemanha), com o nome de Irmandade das Alegrias de Nossa Senhora para Irmãos e Irmãs do Rosário e a ela seguiu-se a de Colônia que, fundada em 1474, contaria com 100.000 membros em 1481 e serviria de modelo para inúmeras outras.⁹ As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram as mais numerosas e congregavam homens pretos, cativos ou forros; seguida pela Irmandade do Santíssimo Sacramento que reunia os brancos e as classes dirigentes e os reinóis. As irmandades se constituíam num autêntico *mostruário da estruturação das sociedades*, como já apontamos. João José Reis afirma que: *Nossa Senhora do Rosário era a mais popular devoção católica desde os primeiros tempos coloniais*.¹⁰

O controle das irmandades era disputado pelo Estado (Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens) e pela Igreja (Bispos e párocos). O controle por parte da Igreja das representações e práticas religiosas só se efetivou mais no século XVIII, com a atuação de bispos e padres reformadores. O pressuposto básico da romanização era a adequação do catolicismo ao Concílio de Trento (1545-1565) e às orientações

⁷ BORGES, C. M., *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – Século XVIII-XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

⁸ Idem, p. 37.

⁹ Cf. R. Y. RIBEIRO, Os pretos do Rosário Religiosidade africana, identidade negra e mídia televisiva. In ANGERAMI, Valdemar Augusto Camón (Ed.), *Psicologia e Religião*. São Paulo: Thompson, 2004, pp. 10-11.

¹⁰ João José Reis nos dá notícia de uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Salvador, fundada, em 1698 na matriz de São Pedro. Cf. J. J. REIS, *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp.279-280 (aqui especialmente, p. 280).

de Roma para promover uma grande reforma na vida católica. Para Martha Abreu, esse movimento reformador, sustentado pelo pensamento ultramontano, condenou o pensamento liberal emergente como lutou para *sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados nas irmandades*.¹¹

Conflitos pipocaram por toda a parte, envolvendo membros das irmandades, párocos, capelães e Ouvidores, conflitos que mobilizavam toda a comunidade dos confrades em defesa da Instituição.

O perfil hierárquico das irmandades era assegurado estatutariamente, cabendo ao Rei (eleito pelos membros da Irmandade) ou aos juizes ocupar o topo da hierarquia. Na maioria das Irmandades do Rosário, só negros ocupavam o cargo de Juiz. O cargo de escrivão e tesoureiro eram preenchidos por brancos mas, no final do século XVIII, negros ocupavam esses cargos. Além desses cargos temos ainda os cargos de procurador e dos irmãos de mesa (8 a 30 divididos entre homens e mulheres).

A importância do papel desempenhado por reis e rainhas nas confrarias, pode ser medido pelas preocupações que despertavam nos membros da Igreja e nos funcionários da Coroa, que reiteradamente pressionavam para que a cláusula referente à eleição dos mesmos fosse retirada dos Compromissos. Assim, *...a eleição dos reis da irmandade longe de [ser] um ritual fictício, conferia aos eleitos poder sobre sua comunidade, investindo-os durante a semana da festa como autoridades simbólicas e de fato*.¹²

Como sobreviviam as irmandades? Sobreviviam: *através de jóias pagas pelos irmãos no ato de entrada e anuidades; esmolas coletadas a porta de suas Igrejas e no arraial; doações e arrecadações de esmolas nas festas; acompanhamento de féretro; doações deixadas em testamento; aluguel de imóveis*.¹³

O nível de organização econômica variava de irmandade para irmandade. No geral, a questão financeira sempre gerou tensões no dia-a-dia. Como administrar o patrimônio? Como defendê-lo dos interesses da Coroa e da Igreja, especialmente dos vigários? Como manter os inúmeros compromissos diários, como auxiliar aos doentes, ajudar aos pobres e arranjar empréstimos para a obtenção de alforria de irmãos e irmãs?

A vida das irmandades era marcada por inúmeras práticas devocionais, muitas definidas pelo estatuto: missas, procissões, festa dos oragos e ritos fúnebres e especialmente a festa de Nossa Senhora do Rosário.

Introduzida no Brasil pelos jesuítas, a festa de Nossa Se-

¹¹ Cf. M. ABREU, *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/FAPESP, 1999, p. 312.

¹² Cf. C. M. BORGES, C. M., *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*, op. cit., p. 85.

¹³ Idem, p. 83.

nhora do Rosário, celebrada na Igreja desde o final do Século XVI, com o tempo tornou-se a manifestação mais expressiva da vida das irmandades.

A festa misturando elementos culturais de diversas matrizes tem na coroação de reis e rainhas a expressão clara desse processo de permanente negociação. As celebrações da festa de Nossa Senhora do Rosário na sua totalidade, preparação e realização seja na sua dimensão profana como religiosa, foram mantidas graças à capacidade de mobilização, solidariedade e resistência por parte dos membros das irmandades.

Os ritos fúnebres recebiam uma atenção particular. Para sudaneses e bantos, a morte colocava o morto e os vivos em contato com os ancestrais. Como vemos descrito por Borges: *Os rituais fúnebres contribuíram para que os arcabouços das diversas culturas fossem ressignificando-se....Para esse novo rearranjo simbólico muito concorreram os rituais de herança cristã promovidos pelas irmandades.* Já Oliveira nos diz que a celebração festiva dos rituais fúnebres por parte dos africanos resgatava valores de suas tradições. *A concepção festiva dos funerais, nas culturas africana, estavam referendadas em, no mínimo, duas idéias. A primeira partia da visão de que a morte era a oportunidade de reencontro com os ancestrais, daí a necessidade de comemoração. A segunda idéia ancorava-se na perspectiva de que a festa era uma forma de espantar a dor pela perda.*¹⁴

¹⁴ Cf. C. M. BORGES, C. M., *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*, op. cit., p. 85; A. J. M. OLIVEIRA, *Devoção Negra: Santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERG, 2008, p.179.

¹⁵ QUINTÃO, A. A., *Lá vem o meu Parente: as irmandades dos Pretos e Pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2002.

¹⁶ Idem, p. 20.

¹⁷ Idem, p. 57;

O terceiro texto intitulado, *Lá vem o meu Parente: as irmandades dos Pretos e Pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*, de Antonia Aparecida Quintão.¹⁵

A autora nesse texto acolheu dois desafios: superar a escassez das fontes e ultrapassar as leituras redutivas de boa parte da historiografia sobre as irmandades que não dá conta da complexidade que as envolve.¹⁶

Para rediscutir o papel das irmandades recorre aos compromissos, requerimentos e petições. Documentos reveladores de um cotidiano pontilhado de lutas em defesa da autonomia e de seus direitos. Recorrendo a uma meticulosa apresentação dos dados dos Compromissos das Irmandades do Rosário dos Pretos(RJ e PE) e dos Compromissos das Irmandades do Livramento dos Homens Pardos (Freguesia do Cabo e Vila de Serinháem, de Portugal) introduz-nos no multiforme mundo das irmandades.

As irmandades na Colônia surgiram sob o regime do Padroado, no bojo de um catolicismo leigo, social e familiar. A organização institucional da Igreja se deu através de

um processo lento.¹⁷ As Constituições Primeiras da Bahia (21/07/1717) passaram a regular a vida religiosa na colônia e a criação das irmandades.¹⁸

Rigidamente organizadas tinham no compromisso, aprovado pela autoridade eclesiástica e de modo definitivo pelo monarca Português, sua regra máxima. A vida das irmandades era normatizada pelos compromissos. Neles se encontravam indicados os critérios de admissão, como a condição social, a cor e limpeza de sangue, que refletiam a hierarquização presente na sociedade escravista colonial.¹⁹

As devoções se constituíam num ponto aglutinador. Devoção especial a Nossa Senhora do Rosário,²⁰ a São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia, São Jerônimo do Catigeró.

2.2 Bens das Irmandades

Os irmãos e irmãs cuidavam com zelo, criatividade e habilidade dos bens das irmandades. As Igrejas das Irmandades, símbolos do prestígio e espaço de vivência social e religiosa, eram fonte de muitos conflitos, seja com a Igreja na figurados párocos seja com o Estado absolutista.

Os gastos não eram pequenos, especialmente, com as festas dos Oragos (patronos), com as procissões e com os enterros. Motivo de preocupação as festas eram vigiadas tanto pela Igreja quanto pelo Estado. Ambos procuravam enquadrá-las, a Igreja querendo evitar a imbricação do profano e do sagrado e o Estado coibindo os abusos que perturbavam a ordem pública.

Entre as diversas lutas travadas pelas irmandades pode-se relembrar: a luta pelo privilégio de libertar os cativos pertencentes ao seu quadro (alforrias); para enterrar os escravos mortos, membros ou não e luta para preservar a sua Igreja. No Rio de Janeiro, a Irmandade do Rosário envia parecer ao governador Duarte Teixeira Chaves defendendo o direito de alforriar; a Irmandade de São Domingos (crioulos) travou uma disputa para recuperar o terreno de seu cemitério e a Irmandade de São Benedito lutou com o bispado por 69 anos (1739-1808), para reaver a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que passara a ser utilizada como Catedral da Sé. As irmandades eram ciosas de seu secular papel de enterrar seus mortos. A Cemiterada, em 25 de outubro de 1836 comprova este dado. Nesse dia uma multidão destruiu o cemitério do Campo Santo, em Salvador, inaugurado três dias antes. O tumulto começou com uma manifestação, convocada pelas irmandades. A Cemiterada reitera a importância desse mo-

¹⁸ TORRES-LONDOÑO apresenta uma visão ampla das questões referentes à presença da escravidão nas Constituições Primeiras. Cf. F. TORRES-LONDOÑO, Igreja e escravidão nas Constituições do Arcebispado da Bahia de 1707. Em *REB* (2007), 267, pp. 609-624.

¹⁹ Cf. L. VIANA, *O idioma da mestiçagem: As Irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 2007.

²⁰ Cf. A. A. QUINTÃO, *Lá vem o meu Parente*, op. cit., p. 79.

²¹ Cf. J. J. REIS, João José. *A morte é uma festa*, op. cit.

mento para os escravos que investiam como nos diz Reis *na possibilidade de um melhor lugar no outro mundo, depois de aqui haverem ocupado o último*.²¹

A vida das florescentes Irmandades pernambucanas não esteve isenta de conflitos. *Em Olinda as principais irmandades eram: Confraria de São Benedito, Irmandade de N. Sra. de Guadalupe, Confraria de N.Sra. do Amparo, Confraria de N. Sra. do Rosário, Irmandade de N.Sr do Bom Jesus dos Passos da Graça, Irmandade de N.Sr. do Bonfim, Confraria de N. Sra. do Bom Parto*.²² A Irmandade de Guadalupe dos Homens Pardos de Olinda entrou em conflito com o Bispo, o cabido e os párocos por sentir-se espoliada de seus recursos financeiros por ocasião da *tomada de conta* Alegou ser uma irmandade secular. A polêmica envolveu o Conselho Ultramarino, o Ouvidor e o Tribunal de Consciência e Mesa.

²² Cf. A. A. QUINTÃO, *Lá vem o meu Parente*, p.178.

3.A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SÓCIO-RELIGIOSAS

Tendo percorrido as três veredas, podemos, agora amellar dados reveladores da importância da presença das irmandades no País. Sintetizando: as Irmandades são espaços religiosos, de socialização e de resistência, *locus privilegiado de negociação*.

3.1 No campo cultural-religioso

As irmandades se constituíram em espaços de troca e reelaboração de matrizes culturais. Os africanos, portadores de matrizes culturais e religiosas entraram em contato com outras matrizes culturais. Assim, *elementos próximos das matrizes distintas eram ressignificados, permanecendo os sentidos próximos às culturas de origem*.²³

Entretanto, *à preservação de costumes, de práticas, de maneira de pensar e de formas de viver junta-se, nessa época, a ritmos lentos de mudanças, não obstante rupturas violentas explodirem sempre*.²⁴

Pode-se perguntar: o que levava as pessoas a se filiarem nas irmandades? A análise de testamentos de membros das irmandades revela terem elas se constituído em autênticos núcleos de sociabilidade que favoreciam não só a integração em redes relacionais da sociedade, como a estabilidade comunitária e vivência religiosa.

O espaço das irmandades possibilitou a absorção do Cristianismo pelos africanos e afro-descendentes e contri-

²³ Cf. C. M. BORGES, C. M., *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*, op. cit., p. 125.

²⁴ Cf. E. S. PAIVA – IVO, I. P. (Eds.), *Escravidão, mestiçagem e Histórias comparadas*, op. cit., p. 14.

buiu para a preservação de certos de certos valores culturais e impediu a manifestação de outros, devido aos condicionamentos históricos, como o amplo controle das formas de sociabilidade.

Tendo como eixo estruturador a cultura da sociedade dominante, as irmandades gestaram um dinâmico sincretismo, com base na religião católica, segundo suas necessidades e lógica cultural própria.²⁵ Nesse sofisticado processo de negociação cultural, a música barroca, a pintura e a escultura se constituíram em fatores chaves para a construção de uma religiosidade afro-católica.

Na busca constante de identidade e autonomia, o reclassificar o espaço sagrado e o definir o tempo religioso são de fundamental importância. Entende-se, então, a diuturna luta das irmandades para ter uma igreja própria.

3.2 No campo social

As irmandades nascidas no bojo do processo de constituição da sociedade colonial contribuíram de modo orgânico na constituição e estruturação da mesma sociedade. Numa sociedade que se organizava, as irmandades marcavam presença com sua rígida estrutura hierárquica, normatizando, exigindo o cumprimento dos Estatutos, punindo e premian-do seus membros quando necessário. Dinâmica reveladora de um amplo processo formativo.

A própria gênese das irmandades aponta para o desejo de distinguir-se, de superar a desqualificação legal e criar espaços de coesão social. Nas festas, por exemplo, as irmandades se afirmavam como corpo social, entende-se então os gastos, a pompa, o luxo; sempre motivo de repreensão por parte das autoridades religiosas e civis.

Surpreende a muitos estudiosos, a acentuada contribuição por parte das irmandades para o acirramento dos preconceitos sociais e a luta para preservar os seus direitos, lutas geradoras de tensões e conflitos.²⁶

Ilustra bem este fato, a luta sutil dos pardos para valorizar a mestiçagem, desde a fundação das primeiras irmandades com esse título no século XVII, nas cidades de Salvador e Olinda, as identidades cultivadas nessas instituições tenderam a valorizar o nascimento na Colônia (em contraponto África), a mestiçagem e a condição livre ou liberto, em muitos casos, como fatores de coesão entre os confrades identificados como pardos.²⁷

Portanto, antes que a mestiçagem transmitida pelo san-

²⁵ A cultura banto, pelas muitas homologies com a cultura hegemônica – crença em um Deus superior (Nzambi/Zambi) e o culto dos ancestrais mortos e vivos – encontrou facilidade para empreender esse movimento de reorganização em bases novas de seus valores culturais e religiosos. Cf. C. M. BORGES, C. M., *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*, op. cit., p. 125 ss.

²⁶ As referências a pureza de sangue, questões de cor nos Compromissos e na prática das Irmandades, só desaparecerão no período Pombalino (1750-1777). O alvará de 1755 e o decreto de 25 de maio de 1773 prescreveram definitivamente a odiosa distinção entre cristãos novos e velhos e o defeito de sangue. Cf. VIANNA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*, op. cit.

²⁷ Idem, p. 35.

gue e pela ascendência se tornasse indesejável na esfera colonial, as irmandades de pardos, mediante iniciativas concretas, favoreceram a construção de identidade sócio-religiosas, valorizando a historiografia recente respaldada por uma ampla base documental, superou leituras redutivas que vinham se repetindo e viam as irmandades como espaço de alienação. A título de exemplo, aponto o estudo das Irmandades de Caio Boschi, que em 1986, publicou um importante livro, intitulado *Os leigos no poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais* Para Boschi, as irmandades de negros e mulatos são *manifestações adesistas, passivas e conformistas*.²⁸

²⁸ BOSCHI, C. C., *Os leigos no poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

As Irmandades não são um *quilombo urbano*, nem um *antiquilombo*, mas, espaços nos quais os escravos buscaram uma certa autonomia, perspicaz afirmação de Quintão. Portanto, uma forma específica de resistência no coração da sociedade escravista.

Poderíamos sintetizar afirmando: *o papel das confrarias, seu principal sentido e significado, foi o de dar dignidade ao negro. Ao tornar-se confrade este poderia encontrar um significado, um sentido para a sua vida, na medida em que as confrarias possibilitavam o culto aos mortos, estimulavam a solidariedade, garantiam o enterro de seus membros, amparavam materialmente os mais necessitados, levavam alimentos para os que estivessem doentes ou presos auxiliavam na compra de alforria e realizavam as festas coletivas que representavam no plano simbólico os valores da sociedade setecentista [e oitocentista] fortemente hierarquizada e discriminadora*.²⁹

²⁹ Cf. A. A. QUINTÃO, *Lá vem o meu Parente*, p. 203.